

# “Human Rights Watch” junta-se à Amnistia Internacional e exige investigação ao assassinato de uma mulher em Cabo Delgado

*Paulo Rangel, chefe da delegação do PSD no Parlamento Europeu, afirmou que a comunidade internacional e a União Europeia esqueceram-se de Moçambique e considera que isso é muito grave. Paulo Rangel afirmou que nem a pandemia deve servir de desculpa para não ajudar Moçambique.*

Maputo **Canalmoz** – A “Human Rights Watch”, uma organização não-governamental internacional de defesa dos Direitos Humanos, juntou-se ontem, quinta-feira, 17 de Setembro, à onda de indignação face aos mais recentes casos de violação dos Direitos Humanos em Cabo Delgado. Na semana passa-

da, a Amnistia Internacional denunciou actos de tortura, decapitação e assassinato por parte das Forças de Defesa e Segurança. Na quarta-feira, emitiu um comunicado a dizer que as Forças de Defesa e Segurança estão mesmo envolvidas e actos de violação dos Direitos Humanos.

“As autoridades moçambicanas devem investigar urgentemente e de forma imparcial a aparente execução sumária de uma mulher nua e desarmada por homens que envergavam uniforme militar” em Moçambique, lê-se num comunicado da “Human Rights Watch”. Segundo a organização, a execução, surge num contexto de acusações de abusos por parte das Forças de Defesa e Segurança.

O Governo continua a negar que os militares que aparecem nos vídeos a torturar civis ou pessoas suspeitas de pertencerem ao grupo terrorista que realiza ataques em Cabo Delgado, desde 2017, são das Forças de Defesa e Segurança. O ministro da Defesa, Jaime Neto, disse na quarta-feira, 16 de Setembro, depois da cerimónia de lançamento da semana comemorativa do 56.º aniversário do início da luta armada de libertação nacional e do Dia das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, que o Exército não viola Direitos Humanos. Segundo Jaime Neto, trata-se de imagens editadas por pessoas mal intencionadas, para denegrir a imagem

das Forças de Defesa e Segurança. “Essas pessoas foram identificadas e serão punidas à medida”, disse.

A reacção da “Human Rights Watch” junta-se à de outras instituições internacionais, como a Amnistia Internacional que, no dia 9 de Setembro, denunciou actos bárbaros praticados por homens vestindo uniforme do Exército e pediu uma investigação para se apurar a verdade. Depois do vídeo onde se vê as Forças de Defesa e Segurança a assassinar a mulher, a Amnistia Internacional emitiu um comunicado em que deixa claro que não tem dúvidas de que os autores das torturas e maus-tratos são elementos das Forças de Defesa e Segurança.

Segundo o comunicado de terça-feira, 15 de Setembro, os técnicos da Amnistia Internacional analisaram o vídeo chocante onde aparece uma mulher nua a ser agredida à paulada e depois crivada de balas e constataram que o vídeo foi feito em Cabo Delgado, por elementos do Exército, que acusavam a mulher de ser bruxa e de proteger os terroristas. A Amnistia Internacional diz que o modo de actuar dos militares que matam a mulher é o mesmo dos vídeos anteriores de tortura e de tentativa de decapitação.

Ontem quinta-feira, 17 de Setembro, a Comissão Europeia considerou “extremamente chocante” o recente relatório da Amnistia Internacional sobre violações de Direitos Humanos em Cabo Delgado e pediu uma investigação transparente e efectiva.

Durante um debate realizado na sessão plenária do Parlamento Europeu em Bruxelas, a comissária europeia responsável pelas Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen,

disse que “o Norte de Moçambique enfrenta uma nova ameaça, um surto de violência armada, com uma dimensão regional perigosa”.

Paulo Rangel, chefe da delegação do PSD no Parlamento Europeu, começou a sua intervenção dizendo: “É grave, muito grave, o esquecimento a que a comunidade internacional e a União Europeia, em particular, votou a situação de Moçambique. A pandemia não desculpa tudo, não pode ser o véu que tapa aquilo que se está a passar no Norte de Moçambique”.

Paulo Rangel disse que “este não é apenas um problema para os moçambicanos que estão a sofrer e que precisam de ajuda humanitária”, é “também um problema regional, porque se está a espalhar o ‘jihadismo’ islâmico pelos países à volta”.

Acrescentou: “Veio do Sahel, do Corno de África, são surtos vários em toda a África a que nós não estamos a dar atenção”. E por isso é fundamental o apoio da União Europeia, o envolvimento da União Africana,

o envolvimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

“Nós temos que envolver todos estes parceiros para salvar estas pessoas que estão em desespero, e que, para além do desespero, estão totalmente esquecidas e abandonadas pela comunidade internacional”, disse.

Segundo Paulo Rangel, “ninguém fala de Moçambique, nem nos países mais próximos, como Portugal ou como a Itália, que têm responsabilidades especiais relativamente a Moçambique”.

A província de Cabo Delgado é, desde há três anos, alvo de ataques por grupos armados, tendo provocado mais de 1.000 mortes e 250.000 deslocados internos.

Internamente, o Centro para a Democracia e Desenvolvimento, a Ordem dos Advogados e pessoas singulares já pediram uma investigação sobre os actos de violação dos Direitos Humanos em Cabo Delgado. **(Redacção)**